

ATRATIVIDADE FÍSICA FACIAL E PERCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIAS¹

Sadao OMOTE²

▪ **RESUMO:** A atratividade física facial pode influenciar a percepção de outras características de uma pessoa. Foi investigada a relação entre a atratividade física facial e a percepção de deficiências. Os resultados mostraram que as crianças de baixa atratividade eram mais freqüentemente percebidas como sendo deficientes. Na identificação de deficientes mentais, os sujeitos usaram mais pistas físicas da face do que na identificação de deficientes auditivos, deficientes físicos e normais. Evidenciou-se também que, na identificação da criança normal, os olhos foram as pistas mais freqüentemente usadas. Esses achados têm importantes implicações para a Educação Especial.

▪ **UNTERMOS:** Atratividade física facial; deficiência mental; deficiência auditiva; deficiência física.

A atratividade física facial de uma pessoa pode influenciar o julgamento que os outros fazem do seu comportamento e da sua competência em uma ampla variedade de situações, como também pode influenciar a interação que os outros mantêm com ela. De diferentes efeitos da atratividade física facial (AFF) que têm sido relatados na literatura especializada, é de particular interesse para o presente estudo a relação entre a AFF de crianças e o julgamento a seu respeito feito pelos professores no contexto escolar, bem como os efeitos da AFF de alunos sobre a natureza da interação que os professores mantêm com eles.

A AFF de alunos pode influenciar o julgamento que os professores fazem de sua competência acadêmica e social. Os estudos realizados por Clifford & Walster (1973) e Kearnly, Frude & Shaw (1988) demonstraram que os alunos mais atraentes foram avaliados como sendo mais brilhantes academicamente e mais competentes socialmente. Essa relação entre a AFF e a competência acadêmica pode traduzir-se em termos das notas atribuídas pelos professores a seus alunos (Salvia, Algozzine & Sheare, 1977). A AFF do aluno pode influenciar não só os julgamentos do professor

1. A pesquisa relatada aqui foi apresentada, como Estudo 3, no Capítulo 4 da tese de Livre-Docência "Atratividade física facial: percepção e efeitos sobre julgamentos", defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Câmpus de Marília, em 1992.

2. Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-900 – Marília – SP.

como também a interação que ele mantém com o aluno. Alunos atraentes podem ser alvos de interação mais adequada por parte dos professores (Adams & Cohen, 1974; Algozzine, 1976).

Mesmo quando estão envolvidas importantes decisões como encaminhamentos a serviços especiais, a AFF pode influenciar o julgamento do professor (Ross & Salvia, 1975) ou do psicólogo escolar (Elovitz & Salvia, 1982), no sentido de alunos de baixa atratividade serem percebidos como necessitando de encaminhamento a classe especial para deficiente mental. Quando esses serviços não são tão acentuadamente segregadores e estigmatizantes como o é a classe especial para deficientes mentais, alunos atraentes é que podem ser mais freqüentemente encaminhados (Barocas & Black, 1974), aparentemente com a expectativa de que estes podem obter melhor aproveitamento que os menos atraentes.

As deficiências, de um modo geral, são percebidas como sendo incompetências ou expressões de alguma incompetência. Assim, a AFF pode influenciar a colocação de crianças em categorias de deficientes. O objetivo deste estudo é, pois, o de verificar a ocorrência dessa relação entre a AFF de crianças e sua colocação em categorias de deficientes mentais, deficientes auditivos e deficientes físicos. A categoria de deficientes visuais, que é também atendida pela Educação Especial, foi excluída por razões que serão expostas adiante.

Método

Sujeitos

Foram utilizadas como sujeitos deste estudo 92 estudantes de Pedagogia, todas do sexo feminino, com a idade variando de 18 a 44 anos, e média de 25 anos.

Material

Foram utilizadas 30 fotografias 3x4 cm em preto-e-branco, 15 de meninos e 15 de meninas que aparentavam idade cronológica em torno de 7 a 10 anos. Essas 30 fotografias haviam sido previamente selecionadas num estudo anterior (Omote, 1991), em função do grau de atratividade física facial. Cinco fotografias de cada sexo correspondiam a faces avaliadas como sendo de atratividade alta (AA), cinco de atratividade moderada (AM) e cinco de atratividade baixa (AB). A eficácia desse conjunto de fotografias como estímulos foi também avaliada previamente (Omote, 1991). Foi utilizado, além disso, um caderno de questões contendo três folhas.

procedimento

Ao serem introduzidos na sala preparada para esse fim, os sujeitos receberam a primeira folha do caderno de questões e foram solicitados a ler as instruções contidas nessa folha, onde constavam convite para participar de uma pesquisa sobre percepção de pessoas e uma descrição geral das tarefas que realizariam. Preencheram, em seguida, um quadro, também constante dessa folha, em que eram solicitadas algumas informações para identificação de cada sujeito. Terminada a tarefa inicial, a primeira folha foi recolhida e os sujeitos receberam a segunda folha do caderno, previamente preparada com a identificação de cada sujeito. Nessa segunda folha, havia uma breve descrição de uma criança, e era solicitado ao sujeito que a identificasse examinando as fotografias de três crianças que acompanhavam essa segunda folha. Terminada essa tarefa, a segunda folha e as três fotografias foram recolhidas e os sujeitos receberam a terceira folha, contendo também uma breve descrição de uma criança. Junto com essa folha foram entregues outras três fotografias de crianças, e era solicitado aos sujeitos que identificassem a criança da descrição. Terminada essa tarefa, o sujeito era dispensado. Nessas duas folhas havia mais duas questões: na primeira era solicitado que o sujeito informasse os indicadores com base nos quais pôde identificar a criança da descrição, e a segunda perguntava se o sujeito teve alguma dificuldade para a realização da tarefa, e, caso positivo, ele deveria descrevê-la. Havia quatro versões de descrição de criança. A segunda folha continha uma dessas descrições, e a terceira, uma outra descrição. Essas descrições correspondiam a uma criança comum, uma criança deficiente mental, uma criança deficiente física e uma criança deficiente auditiva. A condição de deficiência visual foi excluída, pois seguramente os sujeitos procurariam indicadores visíveis dessa deficiência na face, ou mais especificamente nos olhos, da criança da fotografia e, não os encontrando, poderiam levantar suspeitas acerca do procedimento experimental. As três fotografias que eram entregues junto com a segunda folha eram ou de meninos ou de meninas, e uma correspondia a criança com atratividade alta (AA), uma a criança com atratividade moderada (AM) e a outra a criança com atratividade baixa (AB). A terceira folha também era acompanhada de três fotografias, de crianças do sexo oposto ao daquelas da segunda folha, e igualmente havia uma fotografia AA, uma AM e uma AB. Para cada nível de AFF foram utilizadas fotografias de cinco meninos e de cinco meninas diferentes, a fim de evitar que houvesse alguma tendenciosidade condicionada por alguma face em particular. O material fora previamente preparado de maneira que metade dos sujeitos examinasse primeiro as fotografias de meninos e depois as de meninas, e a outra metade dos sujeitos examinasse primeiro as fotografias de meninas e depois as de meninos. Os cadernos foram preparados também com a preocupação de que cada descrição fosse examinada por um número aproximadamente igual de sujeitos, na segunda e na terceira folha, em um número aproximadamente igual de vezes, acompanhando tanto as fotografias de meninos como as de meninas.

Resultados e discussão

Os dados principais deste estudo correspondem ao número de vezes que as fotografias AA, AM e AB de meninos e de meninas foram escolhidas como sendo da criança descrita no parágrafo, caracterizada como deficiente mental, deficiente física, deficiente auditiva ou normal. Como eram apresentadas três fotografias, sendo uma de cada nível de atratividade, seria esperado que as fotografias de cada nível de AFF fossem escolhidas em cerca de 1/3 das oportunidades, caso tais escolhas fossem inteiramente aleatórias.

Tanto para as fotografias de meninos como para as de meninas, os sujeitos escolheram as de atratividade baixa (AB) como correspondendo à criança da descrição, quando esta caracterizava deficiente mental, deficiente auditiva ou deficiente física, mais freqüentemente que as de atratividade alta (AA) ou atratividade moderada (AM). Quando a descrição caracterizava a criança como sendo normal, as fotografias AA foram escolhidas mais freqüentemente que as fotografias AB ou AM. De um modo geral, os resultados encontrados para as fotografias de meninos são muito semelhantes àqueles relativos às de meninas. Portanto, os dados foram reunidos para uma análise global.

Esses resultados são apresentados na Tabela 1, que mostra as freqüências com que as fotografias AA, AM e AB foram escolhidas como sendo da criança da descrição, quando esta a caracterizava como deficiente mental (DM), deficiente auditiva (DA), deficiente física (DF) ou normal (NM).

Tabela 1 – Freqüência de indicações de fotografias AA, AM e AB de meninos e de meninas diante da descrição de uma criança caracterizada como deficiente mental (DM), deficiente auditiva (DA), deficiente física (DF) e normal (NM)

Descrição	Níveis de AFF			Total	Qui-quadr.
	AA	AM	AB		
DM	4	13	30	47	22,115 ^a
DA	8	12	26	46	11,491 ^b
DF	7	15	23	45	8,533 ^c
NM	22	15	9	46	5,429 ^d

a = $p < 0,001$

b = $p < 0,01$

c = $p < 0,02$

d = $p > 0,05$

Os dados constantes da Tabela 1 mostram que, nas três condições de descrição da criança como deficiente, os valores de qui-quadrado obtidos são estatisticamente significantes. Na descrição como deficiente mental, foi obtido o qui-quadrado de 22,115 ($p < 0,001$); na descrição como deficiente auditiva, foi obtido o qui-quadrado de 11,491 ($p < 0,01$); e na descrição como deficiente física, foi obtido o qui-quadrado de 8,533 ($p < 0,02$). Na condição de descrição da criança como normal, embora as escolhas tivessem recaído mais sobre as fotografias AA do que sobre as AM e AB, a diferença não chega a ser estatisticamente significativa (qui-quadrado = 5,429; $p > 0,05$).

Esses resultados mostram que a AFF da criança pode influenciar decisivamente a percepção da deficiência nela existente. Pode-se sugerir que às deficiências está associada a baixa AFF, segundo a percepção das pessoas. Essa associação parece ser particularmente mais intensa para a deficiência mental. Essa associação parece ser de acordo com os dados relatados na literatura especializada, que indicam a existência de associações que as pessoas fazem entre baixa atratividade e menor competência acadêmica e social (Clifford & Walster, 1973; Kenealy, Frude & Shaw, 1988), bem como mostram que alunos com baixa atratividade podem ser mais facilmente encaminhados a classes especiais para deficientes mentais do que alunos atraentes (Elovitz & Salvia, 1982; Ross & Salvia, 1975).

Na segunda e na terceira folha do caderno de questões, nas quais os sujeitos fizeram as escolhas das crianças que correspondiam à descrição, segundo suas percepções, havia uma questão que solicitava que os sujeitos informassem os indicadores com base nos quais puderam fazer essas escolhas. Portanto, esses dados, apresentados a seguir, podem esclarecer alguns aspectos da percepção da deficiência.

Os diversos indicadores em que se basearam os sujeitos para fazer a escolha da criança que correspondia à descrição foram agrupados em três categorias de respostas: "estados subjetivos", "traços físicos" e "outros indicadores". A categoria de "estados subjetivos" inclui indicadores relacionados a qualquer estado subjetivo inferido pelo sujeito a partir de alguma característica facial. Uma resposta típica dessa categoria é, por exemplo, "olhar triste". A categoria de "traços físicos" refere-se a respostas em que o sujeito baseou-se em alguma característica física visível, como "olhos profundos", "cabeça grande", "aparência de desnutrição" etc. A categoria de "outros indicadores" refere-se a respostas que não puderam ser incluídas nas anteriores e, em geral, eram respostas muito vagas, tais como "intuição", "expressão diferente das outras crianças" etc., ou eram respostas relacionadas a alguma condição externa à pessoa e ao físico da criança, como a "condição socioeconômica" ou a "pobreza" da criança.

Os indicadores apontados pelos sujeitos foram tabulados por dois juízes, independentemente um do outro, utilizando essas três categorias. Procedendo ao cálculo do índice de fidedignidade, foi encontrada a concordância geral de 84% entre os juízes.

A freqüência com que os indicadores pertencentes a diferentes categorias ocorreram para as fotografias de meninos não difere de modo visível da freqüência

com que foram utilizados na escolha das fotografias de meninas, em todas as quatro condições de descrição da criança. Portanto, foram reunidos os dados relativos às fotografias de meninos e os de meninas. Esses dados estão mostrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência de utilização de indicadores pertencentes a categorias de “estados subjetivos” (ES), “traços físicos” (TF) e “outros indicadores” (OI) na identificação de fotografias de meninos e de meninas, nas quatro condições de descrição da criança

Ind.	Def. ment.	Def. aud.	Def. fís.	Normal	Total
ES	15	28	31	30	104
TF	45	24	39	25	133
OI	18	17	9	15	59
Total	78	69	79	70	296

A Tabela 2 mostra que, do total de 296 indicadores apontados pelos sujeitos, 133 se referem a “traços físicos” (45%), 104 a “estados subjetivos” (35%) e 59 a “outros indicadores” (20%).

A análise desses dados mostra que as categorias de indicadores não ocorreram igualmente na identificação de crianças descritas de modos diferentes ($p < 0,01$). Examinando atentamente os dados dessa tabela, parece evidente que foi na condição em que a criança estava descrita como deficiente mental que ocorreu maior discrepância em relação às demais condições. Comparando as condições de descrição da criança como deficiente auditiva, deficiente física e normal, verificou-se que não há diferença significativa quanto à utilização dos diferentes indicadores na identificação da criança ($p > 0,05$). Reunindo os dados dessas três condições e comparando com a condição de descrição da criança como deficiente mental, foi encontrada diferença significativa na utilização de diferentes indicadores ($p < 0,01$).

Na identificação da criança na condição em que estava descrita como deficiente mental, comparativamente à identificação da criança nas demais condições de descrição, foi utilizado um número proporcionalmente menor de indicadores da categoria “estados subjetivos”. Os sujeitos recorreram mais a indicadores da categoria “traços físicos”. Esse resultado parece coerente com a crença bastante generalizada de que “o deficiente mental não sente”. Ora, se ele não sente, então os estados subjetivos não podem ser bons indicadores para reconhecê-lo como deficiente mental.

Ao justificarem a escolha feita na identificação da criança descrita no parágrafo, os sujeitos forneceram, no total, 296 indicadores que serviram de base para tal escolha. Desse total, 153 indicadores referem-se a alguma parte do corpo da criança escolhida. Os dados pareciam sugerir um quadro interessante, e por isso foi feita a tabulação,

que pode ser vista na Tabela 3. Nessa tabulação, feita por dois juízes independentes, foi encontrado um índice de concordância geral de 97%.

Tabela 3 - Frequência de referência a partes do corpo nos indicadores utilizados para a identificação da criança da descrição

	DM	DA	DF	NM	Total
Face	15	13	13	8	49
Olhos	15	15	11	20	61
Outros	7	17	15	4	43
Total	37	45	39	32	153

Pode-se verificar que um grande número de indicadores se refere aos olhos (40%) e à face (32%). Outras partes do corpo apareceram muito poucas vezes e foram agrupadas numa única categoria. Essa categoria, referida na Tabela 3 por "outros", inclui ombros, boca, cabeça, lábios, bochecha, testa, pescoço, tórax, cabelo, queixo, sobranalha e ouvido, totalizando 28% dos indicadores referentes a partes do corpo. É interessante notar que o nariz, embora ocupe a região mais central do rosto, não foi referido nenhuma vez. Do mesmo modo, embora quase sempre sejam visíveis, as orelhas também não foram referidas nenhuma vez; por outro lado, o ouvido, que não é visível, foi apontado por um sujeito.

Os dados apresentados na Tabela 3 reúnem as respostas relativas a fotografias de meninos e de meninas, pois as frequências com que as categorias de respostas ocorreram na identificação de meninos não diferem de modo visível das frequências com que ocorreram na identificação de meninas.

A análise dessa tabela mostra que "face", "olhos" e "outras partes do corpo" não foram utilizados igualmente como base para a identificação de crianças caracterizadas como deficiente mental, deficiente auditiva, deficiente física ou normal ($p < 0,05$).

Um exame atento da Tabela 3 sugere ter havido uma discrepância mais acentuada entre a condição descrita como "normal" e as demais condições de descrição da criança. Fazendo a necessária análise estatística, verificou-se que entre as condições "deficiente mental", "deficiente auditivo" e "deficiente físico" não há diferença significativa ($p > 0,05$). Reunindo as três condições de descrição da criança como deficiente e comparando com a condição de descrição da criança como normal, foi encontrada diferença significativa ($p < 0,01$).

Esses resultados permitem concluir que a face, os olhos e outras partes do corpo serviram como base para a escolha da criança igualmente nas três condições de descrição como deficiente; mas, na condição de descrição como normal, a utilização dessas partes do corpo diferiu significativamente da sua utilização naquelas condições de descrição da criança como deficiente.

Na realidade, na condição NM, os sujeitos recorreram proporcionalmente mais vezes aos olhos como indicadores para a identificação da criança da descrição. Os

olhos desempenharam importante papel na identificação da criança, pois, do total de 153 indicadores que se referiam a alguma parte do corpo, 40% correspondiam aos olhos. Foi, contudo, na identificação da criança na condição NM que os olhos desempenharam um papel mais importante.

Em resumo, os indicadores em que se basearam os sujeitos para a identificação da criança da descrição variaram um pouco conforme a condição dessa descrição. Especificamente, pode-se dizer que, para identificar a criança descrita como deficiente mental, os sujeitos utilizaram-se menos de indicadores relativos a "estados subjetivos", baseando-se mais nos "traços físicos", comparativamente à identificação de criança descrita como deficiente auditiva, deficiente física ou normal. Além disso, pode-se também dizer que, na identificação da criança descrita como normal, os sujeitos basearam-se mais nos indicadores que se referiam aos olhos, comparativamente à identificação da criança descrita como deficiente mental, deficiente auditiva ou deficiente física.

Essa análise dos indicadores que serviram de base para a identificação da criança correspondente à descrição levantou alguns dados interessantes sobre como cada condição pode ser reconhecida. As pessoas costumam dizer que certas deficiências mesmo aquelas que não são imediatamente visíveis, "estão na cara", quando levantam suspeitas acerca de alguma deficiência em alguém. De fato, na identificação de crianças nas condições de descrição como deficiente mental, deficiente auditivo e deficiente físico, houve mais indicadores relativos à face que na condição de descrição como normal, em que houve predominância de indicadores relativos aos olhos (Tabela 3).

Na segunda e terceira folha do caderno de questões, havia uma outra pergunta, além daquela relativa a indicadores que serviram de base para a identificação da criança da descrição. Essa pergunta referia-se à eventual dificuldade encontrada na execução da tarefa solicitada. Esses dados também foram tabulados e analisados.

Como eram 92 sujeitos que realizaram duas tarefas de identificação da criança descrita na folha, havia um total de 184 situações de escolha de fotografias. Desse total, em 113 (61%) situações os sujeitos relataram que houve alguma dificuldade na execução da tarefa de escolha. Uma análise preliminar mostrou que essas dificuldades independeram totalmente do sexo das crianças cujas fotografias eram apresentadas em cada situação de julgamento. Portanto, os dados relativos a fotografias de meninos foram reunidos àqueles relativos a fotografias de meninas. Esse resultado pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 – Frequência com que alguma dificuldade foi encontrada pelos sujeitos na realização da tarefa de identificar a criança descrita como deficiente mental (DM), deficiente auditiva (DA), deficiente física (DF) e normal (NM)

	DM	DA	DF	NM	Total
Sim	29	31	24	29	113
Não	18	15	21	17	71
Total	47	46	45	46	184

À primeira vista, as frequências com que os sujeitos encontraram dificuldade na realização da tarefa de identificar a criança da descrição parecem independem da condição de descrição da criança. De fato, calculando o qui-quadrado, foi encontrado o valor 1,931, que está longe de ser significativo. Portanto, pode-se dizer que a ocorrência de dificuldades não foi determinada pela natureza da descrição da criança a ser identificada, nem pelo sexo dessa criança.

Analisando a natureza das dificuldades relatadas, verificou-se que apenas 18 (16%) estavam, de algum modo, relacionadas à descrição da criança. Incluíram-se aí dificuldades como aquelas decorrentes do fato de o sujeito não conhecer o tipo de criança deficiente da descrição, ou do fato de a descrição não fornecer indícios claros a serem observados. A maior parte das dificuldades relatadas referia-se à própria natureza da tarefa. Esse tipo de dificuldade foi relatado em 52 (46%) situações de escolha e referia-se principalmente à limitação ou inadequação de se julgar a presença da deficiência olhando para a fotografia do rosto da criança. Outras 43 (38%) dificuldades relatadas eram bastante variadas e não se referiam nem à descrição nem à tarefa.

Essa análise da natureza das dificuldades relatadas pelos sujeitos revelou um fato muito interessante. Houve um elevado número de relatos de dificuldades (em 46% das situações de escolha) que se referiam à inadequação de se julgar ser a criança deficiente ou não, olhando para suas fotografias. Isto pode estar revelando uma postura cuidadosa por parte desses sujeitos. Resta saber se esses mesmos sujeitos, futuros professores, não estarão fazendo julgamentos enviesados da competência de seus alunos, com base em limitadas informações, quando a experiência profissional lhes tiver conferido maior segurança e autoridade.

O presente estudo confirmou, de modo direto e inequívoco, aquilo que os dados disponíveis na literatura especializada estavam sugerindo. Nos estudos sobre a relação entre a atratividade física facial e a competência, têm sido adotados procedimentos experimentais em que uma determinada tarefa de avaliação e julgamento de competência é apresentada a sujeitos, acompanhada de fotografias de pessoas com diferentes AFF. Os resultados desses estudos indicam que, quando a fotografia que acompanha a tarefa é de baixa atratividade, os sujeitos fazem uma avaliação mais negativa da competência do que quando a fotografia é de alta atratividade.

Os resultados desses estudos sugerem que as pessoas podem associar a baixa AFF à baixa competência. Entretanto, não foi encontrado na literatura especializada nenhum estudo que investigasse diretamente essa associação, em situações em que os sujeitos devessem apontar a pessoa deficiente dentre algumas pessoas diferentes em atratividade. O nosso estudo realizou essa prova diretamente e demonstrou que crianças com baixa AFF foram mais frequentemente escolhidas como deficientes mentais, deficientes auditivas ou deficientes físicas que as de alta AFF. Por outro lado, crianças com alta AFF é que tenderam a ser escolhidas como sendo normais.

Esses achados podem ter importante implicação na Educação Especial, se for considerado que ainda é prática corrente o professor de classe regular iniciar o processo de reconhecimento de algum aluno, dentre vários da classe, como sendo

deficiente. É verdade que, nesse caso, o professor dispõe de uma série de dados sobre o desempenho de seus alunos. De qualquer modo, é necessário ter em mente que a AFF deles está indelével e marcadamente presente nesse conjunto de dados.

OMOTE, S. Physical facial attractiveness and perception of disabilities. *Didática*, São Paulo, v. 29, p. 115-124, 1993/94.

- **ABSTRACT:** *Physical attractiveness may influence the perception of other characteristics of a person. The relationship between physical attractiveness and perception of disabilities was investigated. The results showed that children with low attractiveness were more frequently perceived as disabled. In the identification of the retarded, subjects used more physical cues of the face than in the identification of hearing impaired, physically handicapped and normal. It was also found that in the identification of the normal child, cues more frequently used were the eyes. These findings have important implication for Special Education.*
- **KEYWORDS:** *Physical attractiveness; mental retardation; hearing impairment; physical handicap.*

Referências bibliográficas

- ADAMS, G. R., COHEN, A. S. Children's physical and interpersonal characteristics that effect student-teacher interactions. *Journal of Experimental Education*, Washington, v. 43, p. 1-5, 1974.
- ALGOZZINE, R. F. Attractiveness as a biasing factor in teacher-pupil interactions. *Dissertation Abstracts International*, Ann Arbor, v. 36, p. 7059-A, 1976.
- BAROCAS, R., BLACK, H. K. Referral rate and physical attractiveness in third-grade children. *Perceptual and Motor Skills*, Missoula, v. 39, p. 731-4, 1974.
- CLIFFORD, M. M., WALSTER, E. The effect of physical attractiveness on teacher expectations. *Sociology of Education*, Washington, v. 46, p. 248-58, 1973.
- ELOVITZ, G. P., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in the judgments of school psychologists. *Journal of School Psychology*, Elmsford, v. 20, p. 339-45, 1982.
- KENEALY, P., FRUDE, N., SHAW, W. Influence of children's physical attractiveness on teacher expectation. *Journal of Social Psychology*, Washington, v. 128, p. 373-83, 1988.
- OMOTE, S. Avaliação da atratividade física facial: delineamento de um procedimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 7, p. 285-94, 1991.
- _____. Efeitos da atratividade física facial de crianças sobre a percepção de outras qualidades delas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 7, p. 295-302, 1991a.
- ROSS, M. B., SALVIA, J. Attractiveness as a biasing factor in teacher judgments. *American Journal of Mental Deficiency*, Washington, v. 80, p. 96-8, 1975.
- SALVIA, J., ALGOZZINE, R., SHEARE, J. B. Attractiveness and school achievement. *Journal of School Psychology*, Elmsford, v. 15, p. 60-7, 1977.

Aceito para publicação em 2.5.93.